



SABERES PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA DOCUMENTAL

KNOWLEDGE FOR CONSTRUCTION OF DOCUMENTARY RESEARCH

CONOCIMIENTOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE INVESTIGACIÓN DOCUMENTAL

Eliana Helena Corrêa Neves Salge, Guilherme Saramago de Oliveira, Lorrane Stéfane Silva

Palavras-chave

Pesquisa documental.
Análise Documental.
Procedimentos Metodológicos.

Resumo: Este estudo discute quesitos do desenvolvimento da pesquisa documental vistos como importantes ao pesquisador. O texto aborda fundamentos dessa modalidade de pesquisa, tais como características e procedimentos metodológicos, além de apresentar elementos da análise documental, recorrente na pesquisa acadêmica. À luz de referências teóricas sobre a temática, o debate incide ainda em subtemáticas cujas interfaces dialogam com a pesquisa documental.

Keywords

Document research.
Document Analysis.
Methodological Procedures.

Abstract: This study discusses issues seen as important to the researcher dealing with document research development. It addresses fundamentals such as methodological characteristics and procedures, besides seeking to elucidate document analysis, which is recurrent in Brazilian academic research. Given theoretical references on the theme, the debate presents, too, sub-themes that makes interface with research developed by means of documental data.

Palabras clave

Documentary research.
Document Analysis.
Methodological procedures.

Resumen: This study discusses issues related to the development of documental research seen as important to the researcher. The text addresses the fundamentals of this type of research, such as methodological characteristics and procedures, in addition to presenting elements of document analysis, which are recurrent in academic research. In light of theoretical references on the subject, the debate still focuses on sub-themes whose interfaces dialogue with documental research.

* Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia

Recebido em: 21-02-2021
Aprovado em: 04-07-2021
Publicado em: 27-12-2021

Ideias iniciais: o argumento do estudo

Nos campos das ciências humanas e sociais, há uma literatura vasta relativa às bases conceituais e aos instrumentos técnicos voltados às metodologias de pesquisa. Mas um olhar para os tipos de delineamentos, modalidades e variáveis e para a multiplicidade de objetos da ciência — tudo muito diverso — sugere que o fazer da pesquisa científica continua a ser pesquisado, continua a ser objeto de estudo. Nesse sentido, destaca-se a pesquisa documental, que tem sido considerada por estudiosos da ciência e até por cientistas sociais. Das mãos deles saíram numerosos estudos sobre tal pesquisa documental como via para produzir o conhecimento científico.

Este texto converge para tal cenário ao apresentar uma sistematização compreensiva da pesquisa documental tendo em vista o conhecimento educacional. Este artigo procura contribuir para a discussão expondo uma compreensão de saberes importantes para o pesquisador para desenvolver uma pesquisa fundada em documentos como fonte de dados de análise. O texto não tem a pretensão de esgotar o assunto, dada a multiplicidade de enfoques subjacentes à pesquisa documental, usada não só na educação, mas ainda nas ciências sociais e, sobretudo, na história.

O estudo partiu desta questão: que saberes essenciais seriam necessários ao pesquisador para iniciar uma pesquisa documental? Procuramos delinear respostas com base na leitura de referenciais teórico-conceituais em torno da temática. O produto de tal leitura se traduz na discussão que apresentamos no decorrer deste texto, com subtemas que fazem interface com o questionamento apresentado.

Consideramos pressupostos conceituais de Creswell (2007) para tratar de um requisito *sine qua non* da pesquisa — o projeto — e cuja feitura pode se valer, sobremaneira, da pesquisa documental. Também nos valem do aporte de Gil (2002; 2008; 2012), Minayo (2009), Cellard (2012), Lüdke e André (1986) e outros autores segundo os quais fizemos um esboço dos fundamentos da pesquisa documental.

Este trabalho é produto de uma pesquisa bibliográfica, que seria um primeiro passo para a pesquisa científica. A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador conhecer e mapear o que foi estudado sobre o assunto (FONSECA, 2002). Como tal, os dados da pesquisa foram recortes de textos dos autores citados antes e de outros, ou seja, toma como fonte de dados o texto escrito, publicado em livro e disponível em acervos. Seriam dados prontos e acabados, mas lidos em função do propósito deste estudo porque compõem uma base sólida para iniciar

a compreensão do que é ciência, do que é conhecimento científico e do que é pesquisa (documental).

Conforme os estudos desenvolvidos por Oliveira, Miranda e Saad (2020), a pesquisa bibliográfica pode ser organizada por meio de estratégias metodológicas denominadas de revisão da literatura ou revisões sistemáticas de investigações qualitativas. Para os autores, a revisão de literatura é

[...] uma modalidade de pesquisas que visa melhor compreender os resultados de diversas outras pesquisas, buscando a partir deles a sistematização dos saberes e a produção de novas interpretações dos fenômenos estudados. Esse tipo de estudo científico possibilita o acesso a saberes já produzidos e devidamente publicados, contribuindo para o avanço científico na área pesquisada, na medida em que podem gerar a produção de novos conhecimentos (OLIVEIRA; MIRANDA; SAAD, 2020, p. 146).

Conhecimento científico e sua produção

O “uso ilegítimo” de concepções de ciência e de métodos científicos foi objeto do estudo de Chalmers (1993, p. 201), que se refere a reações “individualistas ou relativistas” à ideologia das ciências. Seu argumento incide em um alerta: não “[...] defender ou rejeitar legitimamente itens de conhecimento por eles se conformarem ou não a algum critério pronto e acabado de cientificidade”. Mais que isso, ele salienta a dubiedade em concepções de ciência e de método e nos usos que fazem delas. Não por acaso, tendo em vista a natureza das ciências modernas, o autor afirma: “[...] não existe método que possibilite às teorias científicas serem provadas verdadeiras ou mesmo provavelmente verdadeiras [...] tampouco há método que possibilite que teorias científicas sejam conclusivamente desaprovadas” (CHALMERS, 1993, p. 13).

Chalmers (1993) especula o sentido do que é ciência. Em suas palavras,

Os filósofos não têm recursos que os habilitem a legislar a respeito dos critérios que precisam ser satisfeitos para que uma área do conhecimento seja considerada aceitável ou “científica”. Cada área do conhecimento pode ser analisada por aquilo que é. Ou seja, podemos investigar quais são seus objetivos — que podem ser diferentes daquilo que geralmente se consideram ser seus objetivos — ou representados como tais, e podemos investigar os meios usados para conseguir estes objetivos e o grau de sucesso conseguido. Não se segue disso que nenhuma área do conhecimento possa ser criticada. Podemos tentar qualquer área do conhecimento criticando seus objetivos, criticando a propriedade dos métodos usados para atingir esses objetivos, confrontando-a com meios alternativos e superiores de atingir os mesmos objetivos e assim por diante. Desse ponto de vista não precisamos de uma categoria geral “ciência”, em relação à qual alguma área do conhecimento pode ser aclamada como ciência ou difamada como não sendo ciência

(CHALMERS, 1993, p. 197).

Também Gil (2008, p. 3) discute a ideia de conhecimento científico em postulados sobre metodologia e ciência. Compreende conhecimento científico como construto racional, ou seja, fundado na “razão”, em vez de se basear em “[...] sensação ou impressões para chegar a seus resultados”. Para ele, a produção de conhecimentos tende a almejar e se interessar “fundamentalmente” pela “[...] elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de certo tipo [...]”; pela “[...] realidade independentemente dos caprichos do pesquisador” (GIL, 2008, p. 3). Além disso, o conhecimento científico presume “[...] construir sistemas de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas [...] [e] possibilita demonstrar a veracidade das informações” (GIL, 2008, p. 3). Enfim, à ideia de conhecimento científico subjaz o risco da falibilidade: “[...] ao contrário de outros sistemas de conhecimento elaborados pelo homem, reconhece sua própria capacidade de errar” (GIL, 2008, p. 3).

Na contemporaneidade, a produção de conhecimentos científicos tende a se valer, sobretudo, da pesquisa sistemática, seja no ambiente acadêmico-universitário ou de outra natureza. Para vir a ocorrer, ao menos no nível institucional, dada pesquisa sistemática pressupõe um primeiro passo *sine qua non*: o projeto de pesquisa — às vezes anteprojeto ou pré-projeto, como no caso da entrada em cursos de mestrado e doutorado. Não por acaso, a organização de projetos de pesquisa é objeto de numerosos estudos, em livros, teses, dissertações e artigos que sumarizaram abordagens e metodologias diversas. Assim, convêm algumas considerações sobre o projeto como etapa inicial da pesquisa científica.

Pensamos que o projeto tem conexões fortes com a pesquisa documental porque seria instrumento útil para sondar o objeto de estudo e derivar linhas de abordagem; mesmo que a produção de fontes — a pesquisa empírica — possa vir a fazer parte da pesquisa em seu desdobramento. Dito de outro modo, um projeto de pesquisa na área de formação de professores, por exemplo, pode se construir sobre estudos e documentos afins e já dados (legislação, programas, críticas etc.) e presumir a produção de fontes mediante pesquisa empírica, seja com a entrevista ou a observação, por exemplo. Creswell (2007) endossa essa compreensão do projeto de pesquisa como passo inicial para avançarmos rumo a outras interfaces da pesquisa documental; ele se refere a um “anteâmbulo” para elaborar a proposta de pesquisa, ou seja, propõe “[...] avaliar as alegações de conhecimento trazidas para o estudo, considerar a estratégia de investigação que será usada e identificar métodos específicos” (CRESWELL (2007, p. 23).

Se a elaboração de um projeto for o passo inicial da pesquisa, a escolha de uma abordagem seria um primeiro passo em tal elaboração. Nesse sentido, uma pesquisa pode ser de abordagem quantitativa, qualitativa ou quali-quantitativa (ou mista). A abordagem quantitativa se refere a “[...] conhecimento pós-positivista, estratégia experimental de investigação e medidas de atitudes pré e pós-teste”; a qualitativa, a “[...] conhecimento construtivista, projeto etnográfico e observação de comportamento [...] participatório, [além de] projeto narrativo e entrevistas abertas”; a mista, a “[...] conhecimentos pragmáticos, coleta sequencial de dados quantitativos e qualitativos” (CRESWELL, 2007, p. 40). Nas três abordagens, “Quando filosofia, estratégias e métodos são combinados, fornecem diferentes estruturas para conduzir a pesquisa” (CRESWELL, 2007, p. 40).

Como outro ponto da produção de um projeto de pesquisa, Creswell (2007) aponta a leitura crítica de estudos prévios afins ao objeto de estudo — ou seja, a revisão de literatura; e sua compreensão parte da preocupação com os resultados da investigação e sua tradução em contribuições para o corpus de conhecimentos do campo científico. Em suas palavras,

Para projetos qualitativos, quantitativos e de métodos mistos, a literatura tem diferentes propósitos. Na pesquisa qualitativa, a literatura ajuda a substanciar o problema de pesquisa, mas não reprime as visões dos participantes. Uma técnica popular é incluir mais literatura no final de um estudo qualitativo do que no começo. Na pesquisa quantitativa, a literatura não apenas ajuda a substanciar o problema, mas também sugere possíveis questões ou hipóteses que precisam ser abordadas. Os estudos quantitativos geralmente possuem uma seção separada de “revisão de literatura”. Em pesquisa de métodos mistos, o uso da literatura vai depender do tipo de estratégia de investigação e do peso dado à pesquisa qualitativa ou quantitativa no estudo (CRESWELL, 2007, p. 61).

A revisão de literatura abre o projeto para outra questão abordada por Creswell (2007, p. 82), que é a ética da pesquisa, pressuposto de todas as etapas da investigação e relativo a todas as partes: “participantes”, “locais de pesquisa”, “leitores potenciais”, dentre outros. Como sustenta o autor, práticas éticas de pesquisa devem subjazer a estudos que se pretendam como científicos.

Essas questões de definição e escolha no processo de pesquisa — estruturação, estado do conhecimento e ética — criam, então, a base sobre a qual Creswell (2007) recomenda organizar as ideias, a começar da apresentação acadêmica da proposta. O primeiro elemento a ser considerado é a “[...] identificação inicial do problema de pesquisa (e inclui um gancho narrativo)”; depois vem a “[...] revisão da literatura que abordou o problema, indicando uma ou mais deficiências na literatura passada e sugerindo como o estudo vai resolver essas deficiências”; enfim, vem a identificação de “[...] um ou mais públicos que vão se beneficiar com o estudo

proposto e apresentando o propósito ou o objetivo principal do projeto ” (CRESWELL, 2007, p. 98). Se a introdução tem foco no problema que justifica e move a investigação, “[...] a declaração de objetivo estabelece a direção para a pesquisa. Ela orienta o leitor para o propósito central do estudo”; mas em conexão com questões ou hipóteses de pesquisa, que “[...] tornam-se sinalizadores importantes para leitores” (CRESWELL, 2007, p. 100; 127).

Creswell (2007, p. 130; 148) tratou da presença teoria no processo de planejamento da pesquisa: a teoria fornece uma “[...] explicação para as variáveis nas questões e nas hipóteses de pesquisa quantitativa”. Assim, na abordagem quantitativa, dada teoria explana o como e o porquê da relação entre variáveis, ou seja, ajuda a dar um sentido de unidade às variáveis, como um elo que redundando na compreensão do objeto. Quanto à teoria na pesquisa qualitativa, Creswell (2007, p. 149) diz que é empregada como explicação ampla: “A teoria também aparece como um ponto final de um estudo qualitativo, uma teoria gerada, um padrão ou uma generalização que emerge indutivamente da coleta e análise de dados.” Os pesquisadores de métodos mistos usam a teoria tanto dedutiva (na pesquisa quantitativa) como indutivamente (na pesquisa qualitativa).

Creswell (2007) salienta, também, as definições, delimitações, limitações e a importância do estudo. “Com essas fronteiras, o investigador esclarece os termos usados, restringe o escopo de um estudo, sugere pontos fracos potenciais e identifica a importância de um projeto para diferentes públicos” (CRESWELL, 2007, p. 151). Igualmente, ele analisa abordagens de pesquisa envolvendo procedimentos quantitativos, qualitativos e mistos:

O resumo dos passos para uma pesquisa [...] começa com uma discussão sobre o objetivo da pesquisa, a identificação da população e amostra para o estudo [...] os instrumentos de pesquisa a serem usados, a relação entre as variáveis, as questões de pesquisa, os itens específicos do questionário e os passos a serem adotados na análise dos dados (CRESWELL, 2007, p. 181).

Nas definições de abordagem, Creswell (2007, p. 184) discorre nestes termos: “A investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados”. Segundo o autor, características do procedimento qualitativo incluem o ponto de vista holístico; pesquisa como produto que emerge do objeto, e não como algo pré-configurado; cenário natural; aplicação de métodos múltiplos de coleta de dados; raciocínios indutivos e dedutivos; interpretações do pesquisador; emprego de estratégia de investigação; e intenção reflexiva.

Como diz Creswell (2007, p. 226), a pesquisa de métodos mistos que emprega coleta de dados segundo duas orientações está se alastrando. Mas não sem recomendações, tais como

indicar com clareza as estratégias de coleta de dados, se “concomitante ou sequencial”, por exemplo; informar a “prioridade” ou o “peso” de cada “técnica quantitativa ou qualitativa” adotada, assim como peso e prioridade de dados quantitativos ou qualitativos. Segundo o autor, importa situar, no processo da pesquisa, as fases que vão conter, por exemplo, a coleta, a análise e a interpretação, e nas quais ocorrerá a integração de técnicas e a “lente teórica” que vai guiar a pesquisa.

Com efeito, o autor ressalta as estratégias com que são coletados os dados, por exemplo, se forma sequencial (pesquisa explanatória e exploratória), concomitante (pesquisa de triangulação) ou se com “lentes transformadoras” (pesquisa sequencial ou concomitante). A ênfase se justifica porque, seja qual a abordagem da pesquisa, as fontes de dado são condição *sine qua non*. Como argumenta Creswell (2007, p. 226), a escolha da estratégia de coleta precisa ser não só apresentada com clareza, mas ainda justificada, porque “A análise de dados é um processo contínuo durante a pesquisa [...]” e que requer validação quanto à “exatidão dos resultados”.

A pesquisa de doutorado subjacente a este trabalho se vale da perspectiva qualitativa, visto ser esta mais comum nas pesquisas na área educacional; igualmente, propõe-se como pesquisa documental, da qual expomos alguns fundamentos, incluindo concepções atuais de pesquisa.

Pesquisa documental: fundamentos

Das vozes que conceituam pesquisa, este estudo privilegia algumas, a começar de Gil (2008, p. 26), que a vê como “[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” em prol do progresso da ciência (o conhecimento científico) e da sociedade (“[...] descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”). Segundo ele, o pesquisar seria um processo constituído de fases, da formulação do problema à apresentação e discussão dos resultados, as quais “[...] permite[m] a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2008, p. 26). Uma segunda concepção de pesquisa está em Minayo (2009, p. 23), para quem pesquisa é uma “atitude” e é uma “prática teórica” que procuram definir um processo “inacabado e permanente”; ou seja, seria uma “[...] atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Tal linha de raciocínio se renunciava já na penúltima década do século passado. À época, Lüdke e André (1986, p. 3) postularam a necessidade de desmitificar a ideia de pesquisa como “[...] privilégio de alguns seres dotados de poderes especiais [...] [e a] crença numa perfeita

separação entre o sujeito da pesquisa, o pesquisador e seu objeto de estudo”. Isso porque na pesquisa em ciências humanas e em educação costumava se acreditar que o investigador devesse ficar o mais longe possível do objeto estudado nas atividades de pesquisa; assim, não influenciaria a pesquisa com suas ideias e seus valores. As autoras ressaltaram que a pesquisa passa pelas idiosincrasias do pesquisador, as quais o põem na “cena investigada”, como partícipe que toma “partido na trama da peça” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 7).

Gil (2008, p. 31–2) salienta as etapas da pesquisa esclarecendo que todo processo da pesquisa (social) envolve planejamento, coleta de dados, análise interpretativa e redação de relatórios. Mais que isso, sugere estas etapas: formulação do problema; construção de hipóteses ou determinação dos objetivos; delineamento da pesquisa; operacionalização dos conceitos e variáveis; seleção da amostra; elaboração dos instrumentos de coleta de dados; coleta de dados; análise e interpretação dos resultados; redação do relatório.

Gil (2012, p. 1) classifica as pesquisas segundo os objetivos, em que podem ser exploratórias, descritivas e explicativas, além de estabelecerem um “marco teórico” para a “aproximação conceitual”. A ideia de exploração se traduz na intenção de “aprimoramento de ideias” e “descoberta de intuições”; e na maioria dos casos envolve a pesquisa bibliográfica. A ideia de pesquisa descritiva reside no “objetivo primordial”, que seria descrever características de dada “população” ou dado “fenômeno”, assim como o “estabelecimento de relações” entre as variáveis delineadas e prováveis. Enfim, a ideia de explicação se traduz na tentativa de “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2012, p. 1). Essas pesquisas se valem quase exclusivamente do método experimental nas ciências sociais.

A fim de desdobrarmos o argumento, entra em cena a ideia de método e metodologia. Para Laville e Dionne (1999, p. 335), o método seria o “Conjunto dos princípios e dos procedimentos aplicados pela mente para construir, de modo ordenado e seguro, saberes válidos”; enquanto metodologia seria o “Estudo dos princípios e dos métodos de pesquisa”. Para os autores, “A aprendizagem da metodologia da pesquisa nos ajuda a ser consumidores esclarecidos, bem como eventuais produtores de pesquisas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 276).

Como as pesquisas se classificam em função dos procedimentos técnicos empregados, convém citar Gil (2012). Esse autor explica que traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa necessita confrontar a visão teórica com os dados da realidade; daí surge a ideia de planejar a pesquisa em sua “dimensão mais ampla”, ou seja, com a “previsão de análise e

interpretação”. Tal planejar se chama delineamento e, dentre outros aspectos, expressa linhas gerais do desenvolvimento da pesquisa.

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de “papel” e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão as pesquisas experimentais, a pesquisa ex-post facto, o levantamento e o estudo de caso. Neste último grupo, ainda que gerando certa controvérsia, podem ser incluídas também a pesquisa-ação e a pesquisa participante (GIL, 2012, p. 3).

Como diz Fonseca (2002, p. 32), considerando que “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Segundo Andrade (2010, p. 25), a pesquisa bibliográfica é “[...] obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões”. Com efeito, se assim o for, então este trabalho — filiado a uma pesquisa documental maior — deriva da pesquisa bibliográfica, ou seja, é exemplo do produto de tal modalidade investigação. Como se sabe, para desenvolver o argumento deste estudo, estão sendo considerados construtos conceituais sistematizados em livros sobre pesquisa científica.

A pesquisa bibliográfica pode levar à confusão com a documental. Assim, é oportuno fazer distinções. A pesquisa bibliográfica supõe fontes constituídas de material impresso dado e localizado em bibliotecas (também em acervos e arquivos). Numa palavra, as fontes seriam basicamente livros, além de revistas acadêmicas, que se assemelham em conteúdo e forma ao livro. A principal diferença refere-se à natureza das fontes. Assim, a pesquisa bibliográfica se baseia nas contribuições de autores que pesquisaram certo assunto e publicaram os resultados e as análises.

Embora jornais e revistas noticiosos possam compor o acervo de uma biblioteca tanto quanto os livros (em seção específica, é claro), enquadram-se na condição de fonte documental, pois em nada se assemelham ao livro, isto é, formam uma categoria à parte — a imprensa. Nas entrelinhas, isso nos diz que, na pesquisa documental, o escopo das fontes é vasto, diversificado e disperso porque o que distingue os documentos são: a forma material, as intenções de sentido, a função, o público-alvo, as formas de consumo (leitura) e outros atributos. Assim, o suporte, a lógica de produção e a natureza do conteúdo distinguem, por exemplo, o manuscrito do impresso, a página tipografada (linotipada) da página datiloscrita; a

folha solta do caderno de folhas; uma carta de um bilhete; uma receita culinária de uma receita médica; e assim por diante.

Mais que isso, as fontes da pesquisa documental supõem materiais que ainda não passaram por um “tratamento analítico”; e mesmo as passaram, mas que aceitam novas abordagens, novos olhares, novos manuseios — numa palavra, que podem “[...] ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2012, p. 5).

Gil (2008, p. 51) endossa essa compreensão ao ressaltar as fontes documentais de “de primeira mão”, que são numerosas. Essa categoria presume documentos conservados em instituições privadas e arquivos de órgãos públicos, tais como associações científicas, igrejas, partidos políticos, sindicatos etc. Incluem reportagens de jornal, contratos e diários, gravações, filmes e fotografias, correspondência pessoal e memorandos, documentos cartoriais e registros de batismo, epitáfios e documentos oficiais, regulamentos e ofícios, boletins e cadernos.... Outras fontes documentais referem-se aos documentos que já foram analisados, que seriam os de “segunda mão”. Exemplo são tabelas estatísticas, relatórios corporativos, mensagens de governo, relatórios de pesquisa, pesquisas acadêmicas e mesmo livros (pensemos em obras que trazem, por exemplo, apêndices e anexos com reprodução de documentos raros e desaparecidos, de imagens variadas). Destaca-se que os documentos são importantes porque proporcionam mais visões do problema inerente à pesquisa, ou seja, criam condições para formular hipóteses que conduzam à verificação por outros meios; mas não se abrem à construção de respostas definitivas para o problema.

Gil (2002, p. 17) acrescenta um atributo a esta compreensão de pesquisa documental. É requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema. Discordamos de uma adoção irrestrita de tal postulado do autor; vemos a recorrência à pesquisa documental muito mais no tempo do *quase sempre* do que no tempo do *quando* faltar. Do contrário, não poderíamos afirmar — sempre com ciência do risco de ser afirmativo — que este estudo — cabe frisar — filia-se a uma pesquisa documental.

Ainda assim, do diálogo com Gil (2012, p. 5) derivamos a convicção de que optar pela pesquisa documental foi fundamental à pesquisa subjacente a este trabalho; e mesmo que se possa falar em desvantagens. Na visão do autor, as desvantagens mais frequentes incluem a suscetibilidade dos documentos à crítica à objetividade e à não representatividade (embora esta última possa ser sanada via seleção, critério de aleatoriedade, número grande de documentos...). Quanto à subjetividade, trata-se de um desafio possível em toda investigação

social, por isso é importante que “[...] o pesquisador considere as mais diversas implicações relativas aos documentos antes de formular uma conclusão definitiva” (GIL, 2012, p. 6).

É claro, as vantagens da pesquisa documental são convidativas. Por exemplo, não exige contato com colaboradores, informantes, participantes e outras categorias que incluem pessoas na pesquisa. Às vezes é improvável a existência de pessoas e a disponibilidade de tempo, saúde e memória para servir ao pesquisador. Há o benefício relativo ao custo, menor em comparação com o de outros tipos de pesquisas. Outra vantagem é a de que “[...] os documentos, por se constituírem fonte rica e estável de dados, subsistem ao longo do tempo, tornando-se assim a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2012, p. 7).

A pesquisa documental foi objeto da reflexão, também, de Saviani (2004), cujo enfoque importante para a noção de documento como fonte de pesquisa. Para esse autor, o documento — o “texto ou documento original” — tem dois sentidos:

Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender (SAVIANI, 2004, p. 4).

Em consonância com o pensamento de Saviani (2004), Ruckstadter e Ruckstadter (2011) fazem considerações acerca de fontes documentais em pesquisas científicas. Para eles, a pesquisa documental

[...] está relacionada a uma concepção de história e de sociedade estreitamente ligada à dinâmica das relações sociais. A análise de tais registros nos remete ao conjunto das relações sociais e, muitas vezes, expressam relações de poder [...] é preciso ressaltar que as fontes, como produtos históricos, não representam uma verdade incontestável, mas uma possibilidade de leitura do passado. É preciso “fazer a fonte falar”, e isso acontece em decorrência da leitura feita pelo pesquisador, que não é neutra. [...] há que se considerar ainda que o pesquisador que analisa essas fontes não é imparcial, e não está isento de que as determinações de sua própria formação influenciem na interpretação das fontes de maneira indireta (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011, p. 113).

Neste sentido, existe “[...] uma carga ideológica que remete a uma visão específica de mundo, de grupo social e de determinado momento da história” (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011, p. 113). Portanto, é preciso levar em conta que as fontes são sempre portadoras de um discurso.

Ruckstadter e Ruckstadter (2011) exploram conceitualmente a palavra documento: seria todo registro intencional ou não de fatos, dados e interpretação sobre aspectos da história humana, indivíduos ou grupos, instituições e outros. Os documentos indicam acontecimentos,

reverberam intenções e interpretações individuais e coletivas, que permeiam os registros documentais. Não por acaso, os autores salientam aos pesquisadores a necessidade de analisar a fundo a fidedignidade dos documentos após o levantamento inicial e a seleção, mas antes do planejamento da pesquisa.

Nessa linha de raciocínio, Laville e Dionne (1999, p. 166) dizem: “[...] um documento pode ser algo mais do que um pergaminho poeirento: o termo designa toda fonte de informações já existentes”; esclarecem que vai além do impresso, pois engloba os recursos audiovisuais como vestígios da passagem da vida humana. Em suas palavras,

Os documentos sonoros e visuais são também portadores de informações úteis, ainda que ocupem menos espaço que os anteriores no campo da pesquisa. Dentre esses documentos, colocam-se os discos e fitas magnéticas, as fotos, pinturas, desenhos, os filmes e vídeos, etc. Em suma, tudo o que, em suporte audiovisual, pode veicular informações sobre o humano. Mas, em geral, esses documentos são de acesso mais difícil do que os documentos impressos e se mostram de uso menos cômodo: no momento de utilizá-los, será sentida, muitas vezes, a necessidade de descrever as imagens e de transcrever as propostas para encontrar a forma mais usual do escrito (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 166).

Os autores destacam ainda que os “[...] dados estatísticos desempenham importante papel em muitas pesquisas. Os organismos nacionais ou internacionais são pródigos neles, a tal ponto que a maioria dos aspectos socioeconômicos de nossas vidas são objeto de tais dados” (LAVILLE E DIONNE, 1999, p. 166).

Dentre outras vozes que fazem coro com os nomes referidos até aqui como referência na concepção de pesquisa documental, trazemos Cellard (2012), cujas ideias contribuem para destacar o documento como fonte valiosa a todo pesquisador social, por possibilitar certos tipos de reconstrução do objeto de estudo. Isso porque o documento “[...] consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel” (CELLARD, 2012, p. 296).

Tradicionalmente, os historiadores chamam de “fontes” os depoimentos de contemporâneos do acontecimento que eles desejam reconstruir. Distinguem-se, geralmente, as fontes “primárias”, produzidas por testemunhas diretas do fato, das fontes “secundárias”, que provem de pessoas que não participaram dele, mas que o reproduziram posteriormente (CELLARD, 2012, p. 297).

Em sua taxonomia, Cellard (2012, p. 297–8) divide os documentos em *arquivados* e *não arquivados* cuja localização e pertencimento podem ser públicos e/ou privados. Conforme a divisão em grupos, alguns exemplos são listados a seguir.

Documentos públicos. Esse tipo de documento fica em arquivos e acervos públicos: do governo e de escola (federal, estadual e municipal), do Estado civil, assim como de cartórios e

demais instituições jurídicas. Mas, ainda que sejam ditos públicos, nem sempre estão acessíveis a quem precisa consultá-los; em muitos casos, o deslocamento espacial pode inviabilizar a consulta, embora se note um volume cada vez maior de documentos disponíveis on-line. Nos lugares que os guardam, os documentos tendem a ser não só volumosos, mas ainda organizados segundo lógicas complexas e variáveis no tempo e no espaço. Por fim, há documentos que ganham o status de públicos e que não são necessariamente arquivados pelas instituições, como é o caso de impressos informativos, de jornais e periódicos noticiosos a boletins paroquiais, além de tratados, anuários telefônicos, anúncios publicitários, anúncios, circulares etc.

Documentos privados. Esse tipo de documento fica em arquivos privados, não pertence ao domínio público. Trata-se de documentos de sindicatos, organizações políticas, instituições, empresas, igrejas, comunidades religiosas etc. Embora seja documentação importante, também os documentos de acervos particulares podem ser de acesso difícil. Incluem documentos e artefatos pessoais que retêm a memória material de uma família ou um familiar; ajudam a contar histórias de vida, como se pode fazer com base em documentos como correspondências e diários íntimos etc.

Uma vez reunidas as fontes documentais, vem o momento de sistematizá-las, isto é, de lidar com os documentos com intenções de decodificação, análise e interpretação preestabelecidas. Nesse contato mais detido com o documento, o pesquisador pode adotar atitudes contraproducentes. Como diz Cellard (2012, p. 299–300), o erro maior dos pesquisadores em geral “[...] consiste em se precipitar sobre o primeiro bloco de documentos obtido, antes de um inventário exaustivo e uma seleção rigorosa da informação disponível”. Daí a recomendação: “[...] empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”.

Com efeito, Cellard (2012, p. 299–300) diz ser necessária a análise preliminar com intenção crítica para redundar em um “[...] exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado”. Para o autor, a interpretação do texto supõe uma ideia prévia clara de quem expressou o escrito lido, dos interesses e das razões que a levaram a escrever. Segundo o autor, esse procedimento de conhecimento do emissor da mensagem documentada é importante para aferir a autenticidade e confiabilidade do texto, pois não é suficiente “[...] informar-se sobre a origem social, a ideologia ou os interesses particulares do autor de um documento. É também

importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida [...] [e] levar em consideração a natureza de um texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões” (CELLARD, 2012, p. 301–2). O pesquisador deve estar atento aos conceitos-chave e à lógica interna do texto, com foco na compreensão do sentido do termo empregado pelo autor.

Com o trabalho de análise preliminar devidamente completado, é o momento de reunir todas as partes — elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave. O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial. [...] Assim, a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do questionamento inicial. Porém, as descobertas e as surpresas que o aguardam às vezes obrigam-no a modificar ou a enriquecer o referido questionamento (CELLARD, 2012, p. 303).

Com efeito, para Lüdke e André (1986, p. 41), após a seleção de documentos, o próximo passo do pesquisador será proceder à análise dos dados, geralmente recorrendo à metodologia de análise de conteúdo, que “[...] pode caracterizar-se como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens”.

Se tomadas pelo pesquisador de forma crítica, as precauções podem interferir na validade e qualidade de uma pesquisa, pois “[...] é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise” (CELLARD, 2012, p. 305). Vale ressaltar que a pesquisa documental e a análise documental se diferem, à medida que a primeira está presente, na maioria das vezes, nas pesquisas acadêmicas e a segunda constitui metodologia de pesquisa importante no cenário educacional. Como elucidam Lüdke e André (1986, p. 38), a análise documental “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Para encerrar, convém aqui a síntese de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009):

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas — ou não — são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar. Apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação. [...] Portanto, a pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Para nós, das definições e explicações sobre pesquisa documental, fica este pensamento: a fim de investigar sistematicamente determinado objeto, a pesquisa científica considera como documento o escrito e outras formas de produção e veiculação de significados, de conteúdos, que registram a realidade em sua produção. Logo, para especular um problema de pesquisa — que antes de tudo um problema intelectual, ou seja, uma elaboração linguística em torno de um problema da realidade —, um manuscrito se faz tão útil como documento quanto uma fotografia. Tudo vai depender das intenções, da abordagem e dos métodos da pesquisa, assim como da aptidão e disposição, do preparo e da perspicácia de quem pesquisa, seja qual for o objeto a ser estudado.

Conclusão

Do cenário de concepções, tendências e perspectivas diversas que permeiam a literatura específica sobre a pesquisa documental, o estudo aqui descrito procurou derivar uma compreensão sintética de saberes necessários ao desenvolvimento de uma pesquisa documental. Ou seja, com base na pesquisa bibliográfica que subjaz a este trabalho, derivamos uma compreensão da pesquisa documental. Nossos dados são concepções de pesquisa documental conforme as expressam alguns autores citados com certa recorrência em pesquisas da área de educação.

Assim, compreendemos que o pesquisador *deve* se apropriar de certos saberes mais gerais sobre a pesquisa — tais como noções de ciência em tempos modernos, de conhecimento científico — e dominar conhecimentos mais específicos — tais como delineamentos, modalidades e variáveis de pesquisa; projeto de pesquisa; abordagens e suas flexões (quantitativa, qualitativa, mista etc.); metodologias; questões de ética; etapas da pesquisa acadêmica; usos da teoria no planejamento da pesquisa; definições, delimitações, limitações e importância do estudo teórico; características do procedimento qualitativo; classificação das pesquisas; entendimento do que é método/metodologia; procedimentos técnicos; diferenças e aproximações entre modalidades de pesquisa; vantagens e desvantagens de dada abordagem; conceito de documento; e aprendizagens relativas à análise documental.

É claro, não cremos que uma pesquisa empírica prescindia de muitos de tais quesitos; pensamos que o conhecimento científico demanda condições, movimentos, atitudes e gestos, por exemplo, que são pertinentes a todo campo de pesquisa científica. A ética da pesquisa é peculiar a estudo sobre plantas, animais e pessoas; a análise de dados é peculiar a uma pesquisa sobre pintura abstrata tanto quanto a uma pesquisa sobre análise química

laboratorial. Mas, desde Descartes, tem sido conveniente à ciência partir o todo em campos; ou seja, é conveniente à divisão conceitual da pesquisa científica para sua compreensão. Distinguir o empírico do documental, do exploratório do descritivo, e assim por diante, seria um procedimento da sistematização presumida em todo conhecimento científico.

Assim, a divisão, a classificação, a conceituação, a nomeação etc. seriam ações próprias do fazer científico enquadráveis na pesquisa documental, tanto quanto em outro tipo. Foram aludidos aqui porque o documento é base da pesquisa à que se filia este texto e porque a pesquisa documental mostra-se bem difundida. É claro, a temática sobre a qual discorreremos aqui é vasta e aceita várias interfaces não presumidas no escopo deste estudo; há um campo amplo para estudos mais aprofundados, sobretudo sobre multiplicidade do que pode ser visto como documento e dos impactos disso na análise e interpretação dos resultados.

Referências

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J; DESLAURIES, J. P.; GROULX L-H; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, Á. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.295-316.
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo, SP: Brasiliense, 1993.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FOUCAULT, M. **L'archtologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
- GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas?** 2012. Disponível em: http://www.ngd.usc.br/files/2012/04/ric_CLASSIFICAPESQUISAGIL.doc. Acesso em: 20 jul. 2021.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, RS: Artmed; Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisas em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009. p.09-30.

OLIVEIRA, G. S.; MIRANDA, M. I.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Metassíntese: uma modalidade de pesquisa qualitativa. In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.42, p.145-156, Monte Carmelo, MG, 2020.

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise. In. TOLEDO, C. A. A.; GONZAGA, M. T. C. **Metodologia e técnicas de pesquisa**: nas áreas de ciências humanas. Maringá: Ed. UEM, 2011. p.101-120.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, ano 1, n. 1, p. 1–14, jul. 2009.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.03-12.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)